

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**Isadora Wondracek Branco**

**A formação política das crianças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem  
Terra: uma análise da Revista das Crianças Sem Terrinha**

Porto Alegre  
2022

Isadora Wondracek Branco

**A formação política das crianças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: uma análise da Revista das Crianças Sem Terrinha**

Trabalho de conclusão apresentado à Comissão de Graduação do curso de Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Perondi

Porto Alegre  
2022

Isadora Wondracek Branco

**A formação política das crianças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: uma análise da Revista das Crianças Sem Terrinha**

Trabalho de conclusão apresentado à Comissão de Graduação do curso de Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2022.

---

Prof. Dr. Maurício Perondi (orientador)

---

Profa. Dra. Karine dos Santos (Faced/UFRGS)

---

Profa. Dra. Conceição Paludo (Faced/UFRGS)

Porto Alegre, 2022

## RESUMO

O presente trabalho busca compreender como se desenvolvem os processos de formação política das crianças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a partir da análise de edições da Revista das Crianças Sem Terrinha. Com a intensificação do projeto neoliberal, um projeto de educação que se coloque como alternativa à educação do sistema capitalista é parte fundamental no que se entende por construção de uma sociedade mais justa e solidária. O MST se insere nessa perspectiva ao apresentar um projeto educacional para as crianças do movimento. O trabalho discute conceitos como educação, formação política e comunicação no contexto dos movimentos sociais e do MST. Trata-se de uma análise documental, a partir da análise de seis edições da Revista das Crianças Sem Terrinha. Busca, através da leitura e interpretação da forma e do conteúdo apresentados, compreender como e quais os conceitos e pautas mais importantes para o MST são apresentados para as crianças. Os resultados apontaram a organização de cinco categorias, construídas a partir do material empírico: 1) Conteúdos; 2) Linguagem; 3) Estrutura; 4) Protagonismo; 5) Chamada para a ação. A revista é um meio não só de formar militantes, mas também de incentivar os Sem Terrinha a se colocarem como sujeitos ativos e questionadores da realidade.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais; formação política; infância; movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; educação anticapitalista.

**LISTA DE IMAGENS**

Imagem 1 – Trecho da página 5 da edição de novembro de 2020 .....	29
Imagem 2 – Trecho da página 4 da edição de 2020 .....	31
Imagem 3 – Trecho da página 32 da edição de outubro de 2019 .....	32
Imagem 4 – Trecho da página 7 da edição de 2020 .....	33
Imagem 5 – Trecho da página 28 da edição de outubro de 2016 .....	34
Imagem 6 – Trecho da página 6 da edição de outubro de 2021 .....	35
Imagem 7 – Trecho da página 7 da edição de 2021 .....	36
Imagem 8 – Capa da edição de abril de 2019.....	36
Imagem 9 – Páginas 8 e 9 da edição de outubro de 2011 .....	37
Imagem 10 – Página 10 da Revista Sem Terra. Fonte: MST, 2010. ....	38
Imagem 11 – Página 4 da edição de outubro de 2011 .....	39
Imagem 12 – Páginas 12 e 13 da edição de abril de 2019 .....	40
Imagem 13 – Páginas 9 e 10 da edição de 2011 .....	41
Imagem 14 – Páginas 16 e 17 da edição de outubro de 2019 .....	42
Imagem 15 – Página 14 da edição de novembro de 2020 .....	42
Imagem 16 – Trecho da página 29 da edição de novembro de 2020 .....	45

**LISTA DE SIGLAS**

UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
JST	Jornal Sem Terra
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
FFF	Fridays for Future

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>Introdução .....</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).....</b>	<b>10</b>
2.1	A educação no MST .....	13
<b>3</b>	<b>Identidade Sem Terrinha .....</b>	<b>15</b>
<b>4</b>	<b>Formação política .....</b>	<b>18</b>
<b>5</b>	<b>Movimentos Sociais e a Comunicação .....</b>	<b>21</b>
5.1	A imprensa operária.....	22
5.2	A comunicação do MST.....	23
<b>6</b>	<b>Metodologia.....</b>	<b>26</b>
<b>7</b>	<b>Análise dos dados .....</b>	<b>28</b>
7.1	Conteúdos .....	28
7.2	Linguagem .....	33
7.3	Estrutura .....	36
7.4	Protagonismo.....	40
7.5	Chamada para ação .....	44
<b>8</b>	<b>Considerações finais.....</b>	<b>46</b>
	<b>Referências.....</b>	<b>48</b>

## 1 Introdução

Em minha caminhada de vida, estabeleci conexões e vivências com diversos movimentos sociais atuantes em diferentes campos, como de juventude, de educação, de trabalhadores, de pessoas com deficiência e de mulheres. A partir dessas experiências, me interessei pela forma como esses movimentos trabalham a formação das pessoas que neles se organizam e coletivamente agem sobre a realidade, almejando mudar o mundo. Passei, portanto, a entender que apenas através da educação poderíamos alcançar a transformação social.

Durante meu percurso na graduação em pedagogia muito se falou das pedagogias alternativas e práticas contra-hegemônicas<sup>1</sup>. Sempre tive interesse em me aprofundar nas discussões sobre o papel da educação na manutenção – ou não – do sistema capitalista. Minha trajetória neste curso me oportunizou compreender que a educação representa um projeto de sociedade. Em *Pedagogia do oprimido*, logo no início, Paulo Freire relata uma conversa que teve com um operário. Faço das palavras deste trabalhador as minhas: “[...] cheguei a esse curso ingênuo e, ao descobrir-me ingênuo, comecei a tornar-me crítico” (FREIRE, 2019, p. 32). Esta frase me fez refletir, pois, assim como este sujeito, iniciei minha jornada no curso ingênuo e igualmente incapaz de agir criticamente sobre a realidade. Foram então as discussões, os conceitos, as aulas e os encontros nos corredores que me tornaram uma pessoa crítica acerca da forma como reduzimos a educação ao processo de escolarização, que não se interessa pela emancipação dos educandos, tampouco pela transformação social.

Por isso, procurei por uma concepção de educação que enxerga o indivíduo como protagonista do processo educativo desde a infância, priorizando a formação política e cidadã dos sujeitos. Com frequência, nos debruçamos sobre pensamentos europeus quando falamos de formas diferentes de conceber a educação de crianças, principalmente das pedagogias que tratam do protagonismo infantil e da promoção da autonomia ainda na infância. Estes estudos foram riquíssimos, mas havia uma inquietação em mim: Por que não olhamos para o que é feito dentro do Brasil?

---

<sup>1</sup> Uso aqui este conceito como expressão da ideia de práticas que se colocam contra as dinâmicas, valores e cultura dominantes. O termo é um desdobramento do uso do conceito de hegemonia, desenvolvido principalmente por Antonio Gramsci em sua obra *Cadernos do Cárcere*. Hegemonia é o exercício da dominação através do uso combinado do consenso e da coerção.



Refletindo sobre esse questionamento feito acima, principalmente considerando a formação cidadã e política das crianças, busquei olhar para outras formas de organização da sociedade que destaquem a importância dessa formação desde a infância. A partir disso, me deparei com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um movimento social de trabalhadores que tem como objetivo lutar pela reforma agrária<sup>2</sup> e pela transformação social. Ademais, meu trabalho da disciplina de Pesquisa em Educação fez com que me aprofundasse nos estudos sobre a infância do MST. Foi desta maneira, então, que me deparei com a Revista das Crianças Sem Terrinha, periódico organizado pelo Setor de Educação e pelo Setor de Comunicação do Movimento que conta com a participação das crianças em sua estruturação. O contato com a revista e o aprofundamento sobre o tema me levaram à seguinte questão: “Como se dá a formação política das Crianças Sem Terrinha?”

A partir da minha motivação pessoal, aliada à dificuldade de encontrar trabalhos acadêmicos que tratassem da Revista das Crianças Sem Terrinha, material tão potente e singular, além da inexistência de produções acadêmicas na graduação de pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sobre as crianças Sem Terrinha, senti a necessidade de explorar esse assunto articulado ao campo da educação.

O objetivo geral desta pesquisa é aprofundar e compreender como se desenvolvem os processos de formação política das crianças do MST, a partir da análise da Revista das Crianças Sem Terrinha. Os objetivos específicos deste trabalho são: a) compreender a forma como o protagonismo das Crianças Sem Terrinha pode contribuir para esse processo formativo; b) identificar a forma como a Revista das Crianças Sem Terrinha aborda formação política; c) analisar o conteúdo da Revista das Crianças Sem Terrinha.

O presente trabalho é organizado em seções, sendo a primeira delas uma apresentação do MST, assim como de sua concepção de educação. Na segunda seção, apresento a identidade Sem Terrinha, contextualizando sua construção. Na sequência, conceituo o termo “formação política”, apresentando as concepções que

---

<sup>2</sup> Ao longo da trajetória do MST o tema da reforma agrária, ainda que permanente, foi ampliado e incorporado ao conceito de questão agrária. Ou seja, a reforma agrária necessita ser compreendida dentro de um amplo conjunto de outras questões referentes ao modo de produção, comercialização, infraestrutura que a partir da questão fundiária desenvolvam as condições de evolução para a população assentada. Como demonstra José Graziano da Silva em O que é a questão agrária.

servem de base para este trabalho. A quarta seção se refere à relação dos movimentos sociais com os meios de comunicação, descrevendo a conjuntura na qual surge a Revista das Crianças Sem Terrinha. Na quinta seção, apresento as concepções metodológicas adotadas neste trabalho, assim como as justificativas das escolhas feitas. A seguir, realizo a análise da Revista das Crianças Sem Terrinha, organizando em diferentes categorias. Por fim, teço breves considerações finais acerca dos dados levantados e da pesquisa realizada.

## **2 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**

Oficialmente fundado em 1984, o MST tem como lema “Terra para quem nela trabalha”, e seus principais objetivos são lutar pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais no país. Atualmente está assentado em 24 estados, totalizando cerca de 350 mil famílias, que conquistaram propriedade a partir da luta e organização. Como apontam Ramos e Aquino (2019, p. 165), “Ocupar o latifúndio da terra, para as famílias, é muito mais que romper as cercas, é romper com a história burguesa, com crenças e ideários que até então tinham determinado suas vidas”.

Em relação à forma de organização interna do Movimento, Fernandes (2000) aponta que nunca tiveram um presidente, pois prevalece a ideia da formação em movimento. Assim, priorizam o processo participativo de transformação da sociedade, compondo uma direção coletiva.

Se contrapuseram criticamente as visões burocráticas, pelegas e mediadoras. Recuperaram a noção básica do avanço da luta através da participação e organização. Desse modo, em sua forma não existe cargo de presidente, tesoureiro, secretário etc. Esse tipo de estrutura facilitaria a repressão, seja do Estado ou dos latifundiários. Por essa razão, as instâncias de poder deveriam ser com pastas por coletivos, nunca por cargos individuais. (FERNANDES, 2000, p. 86)

Quanto a articulações externas ao Movimento, o autor argumenta que o MST se constituiu com autonomia, por não se subordinar a outras instituições, e heteronomia, por envolver outras organizações políticas – como sindicatos, igrejas e partidos – na luta pela reforma agrária (FERNANDES, 2000).

O surgimento do nome “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, de acordo com Caldart (2012), se deu quase que ao acaso, sem discussões específicas sobre o assunto. Segundo os estudos da autora, a escolha partiu da incorporação da forma pela qual a imprensa da época se referia aos trabalhadores do campo que reivindicavam terra, no Sul chamados de “colonos sem terra”. Desta forma, os trabalhadores e trabalhadoras se apropriaram daquele título que os marcava. “Assim ficou, assim se produziu depois como identidade” (CALDART, 2012, p. 58).

O MST é, portanto, produtor de identidade: a identidade Sem Terra, que é construída no coletivo a partir dos princípios sustentados pelo Movimento e pelos sujeitos que nele se inserem. Segundo Alvaides e Scopinho (2013, p. 290), “o Movimento entende que o sujeito, por estar inserido em um movimento social que luta

politicamente pela terra, pode passar da condição individual de estar sem-terra para a de ser Sem-Terra”. A construção da identidade dos sujeitos sociais é um eixo central na trajetória e organização dos movimentos sociais (RAVENNA, 2020). Isto porque “Ser Sem Terra hoje é bem mais do que ser um trabalhador ou uma trabalhadora que não tem terra, ou mesmo que luta por ela; *Sem Terra* virou nome simbólico, referência de luta, de organização, de ética, de cidadania [...]” (CALDART (2012, p. 330-331).

Para contextualizar o surgimento do Movimento, é necessário compreender que a disputa por propriedade de terras é um embate de longa data, já que a origem dos sem-terra no Brasil se deu ainda no início da colonização brasileira. Conforme Arenhart (2007, p. 48),

A forma de manutenção da propriedade privada dos meios de produção – a terra é o maior deles – teve origem com a estipulação da Lei de Terras em 1850, que determinou a privatização de um bem que era universal. O Estado passa a gerenciar a terra, vendendo-a somente àqueles que tinham o poder aquisitivo para comprá-la. Desse modo, uns foram sendo os proprietários enquanto os não proprietários passaram a ter que vender sua força de trabalho para continuar subsistindo.

Na história mais recente, ainda seguindo os estudos apresentados por Arenhart (2007), durante o Regime Militar revelou-se um notório beneficiamento aos grandes proprietários de terra a partir das políticas agrárias estabelecidas neste período. Fernandes (2000) afirma que o período entre 1940 e 1964 foi marcado pela abundância de lutas de resistência pela conquista da terra. Portanto, os anos de chumbo representam um retrocesso na disputa pela terra, aniquilando movimentos camponeses, perseguindo trabalhadores e, conseqüentemente, os impossibilitando de ocupar seu devido espaço político. Sobre os embates envolvendo propriedades, Arenhart (2007, p.47) pontua que “[...] é importante reconhecer a disputa pela propriedade de terra enquanto mecanismo de dominação, enquanto legitimação de poder e estratificação das classes sociais”.

O MST configura um movimento de trabalhadores em um sistema capitalista, que se sustenta na exploração das classes populares. Para além disso, a burguesia, no contexto capitalista, submeteu o campo à cidade (MARX; ENGELS, 2008). Esta elite burguesa se impõe sobre as massas populares, como aponta Freire (2021, p. 42): “esta oposição faz com que ela seja *sobre* o povo e não *com* o povo”. De acordo

com o autor, isto fez com que as massas não deixem sua marca na história como sujeitos, mas como objetos.

Entretanto, “o desafio que se coloca às classes exploradas é se opor a essa naturalização da realidade e de sua imutabilidade” (RODRIGUES, 2017, p. 30). De acordo com Caldart (2012), atualmente diversos analistas consideram o MST o movimento social referência na contestação e no combate ao modelo capitalista. Para a autora, isso ocorre não apenas pela forma como essa oposição é feita, mas pelo significado atrelado à contestação, pois ela adquire força cultural e simbólica por ser enraizada em uma questão social forte e justa. É forte porque mexe com a estrutura social de um país historicamente marcado pelo latifúndio, e justo pois não existem argumentos éticos contra a ideia de que a terra, bem natural, não deva estar sob posse de quem nela trabalha (CALDART, 2012).

Entretanto, se para alguns este Movimento é referência a ser seguido, para outros é “uma praga a ser exterminada” (CALDART, 2012, p. 30). Isto porque é visto como um incômodo para o governo e para as elites, que não possuem interesse em mudar as estruturas sociais que os beneficiam. Além disso, o MST como movimento social, coletivo de sujeitos outrora invisíveis na sociedade, causa estranhamento à uma grande parcela da sociedade.

Esse Movimento *incomoda* não somente porque traz de volta ao cenário político a questão agrária, que é problema secular no Brasil. A impressão é de que o próprio *jeito de ser* é o que incomoda mais: suas ações, mas, principalmente, *os personagens que faz entrar em cena, e os valores* que esses personagens encarnam e expressam em suas ações, sua postura e sua identidade, que podem, aos poucos, espalhar-se e constituir outros sujeitos, sustentar outras lutas. (CALDART, 2012, p. 31)

É esta abordagem sobre o MST que será explorada aqui: a de um movimento social que não se acanha e luta reivindicando transformações sociais que podem garantir um futuro mais digno para tantos brasileiros. Segundo Caldart (2012, p. 335), “Ser Sem Terra quer dizer *estar permanentemente em luta para transformar ‘o atual estado das coisas’*”. Ser Sem Terra é, portanto, se apropriar dessa identidade contestadora. É encarar o trabalho exaustivo da busca por igualdade social e por transformação das estruturas opressoras, se recusando a aceitar a realidade como definitiva (FANON, 2008). Afinal, como apontado por Ravenna (2020, p. 12),

Como consequência desse sistema, que se sustenta na exploração de uma classe por outra, temos vivido tempos de acirrada crise social: são milhares de pessoas sem comida, sem-teto, sem-educação, sem-saúde, sem-emprego, sem-terra, sem-dignidade, sem-infância, sem-velhice, sem presente e sem esperança no futuro.

Esta realidade é, também, fruto da desoneração do Estado para com seus deveres em relação às classes populares. De acordo com a teoria marxista, isso ocorre pois “o poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo” (MARX; ENGELS, 2008, p. 14). Desta forma, o MST representa um movimento coletivo de denúncia da negligência estratégica do Estado em relação aos trabalhadores.

## 2.1 A educação no MST

Devido ao compromisso do MST com a mudança nas estruturas sociais no Brasil, além da reivindicação de seus direitos historicamente negados, a pauta da educação possui lugar de destaque, pois a educação do Movimento vem como um projeto de oposição ao sistema.

O MST se coloca na contra-hegemonia ao defender uma proposta educacional que envolve: a ampliação do número de escolas para atendimento dos acampamentos e assentamentos, a introdução do tema das lutas dos trabalhadores e sua importância nos conteúdos a serem desenvolvidos, bem como uma formação política para sua militância, que a prepare para a luta pela terra. (RODRIGUES, 2017, p. 33)

Ou seja, o MST não luta apenas pelo direito básico de acesso à escola, mas também pela reforma da instituição escolar, compreendendo que se faz necessário priorizar a formação política e cidadã de seus militantes. Como apontado por Dal Ri e Vieitez (2004), a educação do Movimento é singular, sendo distinta das outras proposições críticas encontradas. Isto se dá porque ela vem sendo estruturada a partir da necessidade de pensar coletivamente uma educação contra-hegemônica, filosófica e popular (RAMOS; AQUINO, 2019). A principal tarefa do processo educativo, de acordo com a concepção de educação adotada pelo Movimento, é a de formar sujeitos conscientes dos reais problemas da sociedade (RODRIGUES, 2017). Isto contribui para alcançar o objetivo de transformação social, pois “quando o homem compreende

sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções” (FREIRE, 2021, p. 38).

Por sua vez, estar organizado no Movimento significa estar inserido em um processo educativo. De acordo com Caldart (2012), o MST deve ser encarado como sujeito pedagógico. Afinal, a coletividade em movimento é educativa e atua com intencionalidade no processo de formação dos militantes (CALDART, 2012). A partir da luta e organização é que os sujeitos iniciam seu processo educativo e formativo, baseado nos valores e princípios do coletivo.

Nesse sentido, estar em movimento no Movimento significa vivenciar um novo processo de formação humana, uma vez que os sem-terra passam a estar inseridos numa dinâmica de movimento social que atribui para si a intencionalidade de ser, ele mesmo, sujeito educativo. (ARENHART, 2007, p. 60)

Isto revela a compreensão, por parte do Movimento, de que a educação não se restringe à escola, pois as pessoas se educam a partir das relações sociais estabelecidas com a cultura de seu entorno (ARENHART, 2007). O MST compreende a educação como um processo permanente na vida do ser humano, no qual as pessoas se educam na medida em que são educadas (MARTINS, 2009). A instituição escolar é vista como um componente fundamental deste processo, mas não o único (MST, 2001).

Se é a partir da luta que tudo se conquista, é por meio dela que grande parte do processo educativo acontece (CALDART, 2012). É através da conscientização pela e para a luta que vão se constituindo corpos guerreiros, rebeldes e contestatórios na coletividade do MST (ARENHART, 2007). Dois importantes objetivos da pedagogia do Movimento são o resgate da estima e da possibilidade de os oprimidos se encararem como sujeitos capazes de modificar a realidade atual. Fica evidente, portanto, esse caráter contra-hegemônico da pedagogia do Movimento, que objetiva valorizar a cultura do campo e exaltar os sujeitos que o sistema capitalista tanto se esforça para apagar. “Por isso, ganha destaque na Pedagogia desse Movimento o cultivo de princípios e valores humanistas, que apontam para a construção de um novo jeito de ser humano e de conceber a vida em sociedade” (ARENHART, 2007, p. 63).

### 3 Identidade Sem Terrinha

São chamadas de Sem Terrinha as crianças do MST, filhas e filhos de trabalhadores rurais assentados ou acampados, “que por várias razões, decidiram entrar no MST para unificar as forças em busca de terra, justiça e dignidade” (MST, 1999, p. 18). A família é, desde as primeiras ocupações, a principal referência na luta. Por isso, “lá estão as crianças nas ocupações de terra, de prédios públicos, nas marchas, nos acampamentos, enfim, em todos os espaços em que se vai constituindo o MST [...]” (RAVENNA, 2020, p. 68). De acordo com a visão do Movimento, a criança não pode ser separada da luta de sua família e de todos e todas Sem Terra (MST, 2011a).

A condição de vida destas crianças, tão singular, cria uma identidade própria para essa infância. Ravenna (2020) afirma que as crianças do campo, por terem o trabalho como destino, muitas vezes são impossibilitadas de viverem a infância como tempo de descoberta e brincadeiras, pois “a lógica do mundo do trabalho é que sobressai sobre o tempo da criança” (RAVENNA, 2020, p. 14). Ser criança, neste contexto, traz consigo a ambiguidade da negligência e da esperança. Nas palavras do próprio Movimento,

Algumas delas, pequenas ainda, foram para os acampamentos à beira de estradas. Outras nasceram em barracos de lonas pretas – um presépio extremamente improvisado. Outras, porém, foram concebidas e gestadas no amor e sofrimento de quem muito as quer, mesmo em situações de vida precárias e provisórias. E, ainda, há as que nasceram já no assentamento, na terra conquistada, na casa de assoalho e teto, na cama de quem luta e trabalha para que mais gente tenha o direito de morar, nascer, brincar e estudar. Herdeiras da coragem e rebeldia dos pais, conseguiram escapar das amarras e exploração do patrão em terras estranhas. (MST, 1999, p. 19)

A identidade Sem Terrinha se cria também baseada na ausência do Estado, que se exime de suas responsabilidades para com as crianças, principalmente das classes populares. Isto porque o sistema capitalista representa a negação de direitos para as crianças. De acordo com Ramos, Leite e Rezende (2020, p. 1307),

Considerando que a infância é um tempo importante para a formação da vida, na sociedade capitalista, o pleno exercício do direito à infância é limitado, ao negar, historicamente, um “lugar” social às crianças, impedindo-as da ação política. Para tanto, a educação burguesa não



promove a vivência crítica e criativa da criança, o que restringe o seu desenvolvimento integral.

Conforme Ramos e Aquino (2019, p. 164), “o primeiro tipo de violência que a criança filha da classe trabalhadora sofre na sociedade de classe é a violência de Estado”. Estas crianças sentem na pele a truculência da violação de seus direitos. Esta violência do Estado e a necessidade de, desde a infância, reivindicar seus direitos básicos provoca, nestas crianças, um amadurecimento precoce (MST, 1999). Entretanto, a identidade Sem Terrinha não se baseia apenas no sofrimento. Segundo Ramos e Aquino (2019, p. 167), “a resistência e a luta são dois elementos fundamentais para compreender a infância vivida nesse contexto”. Esta resistência, muitas vezes chamada carinhosamente de teimosia pelo próprio MST, é geradora de esperança. Afinal, ser criança Sem Terra é ser intrinsecamente sonhador (MST, 1999), é esperar por um futuro que possa prover o necessário para sua sobrevivência, pois “No movimento encontram a esperança de um dia chegarem à terra, à escola, ao direito de ser criança, ao direito de largar pipas, olhar para o alto e admirar as estrelas” (MST, 1999, p. 20).

A ideia de infância como um período outro, que não o da vida adulta, surge na idade moderna (ARIÈS, 1986). Ela é, portanto, um conceito recente e socialmente construído, não sendo uma etapa biológica da vida. O período da infância corresponde à consciência das particularidades infantis (ARIÈS, 1986). Portanto, é necessário compreender que as crianças, por operarem de formas diferentes dos adultos, requerem abordagens que respeitem suas especificidades. O termo “infância” remete linguisticamente à ausência da fala (RAVENNA, 2020), alimentando a ideia de que este momento de vida singular deve se submeter ao poder operado pelos adultos. O MST rompe com esta ideia de que as crianças são seres inferiores, pois, além de ocuparem a luta juntamente com os adultos, elas representam a continuidade do Movimento, sendo o futuro da mobilização pela reforma agrária (RAVENNA, 2020). É este o local, conseqüentemente, que os Sem Terrinha reconhecem ocupar no movimento, de acordo com suas palavras de ordem: “Herdeiros da luta, resistência e memória. Estamos nessa luta continuando nossa história”. Considerando que as crianças representam a continuidade da luta do Movimento, a construção da identidade das crianças Sem Terrinha se tornou um ponto importante a ser debatido pelo MST, pautado em diversos momentos de discussão e reflexão, sendo levado a sério pelos adultos que compõem o Movimento (RAVENNA, 2020). Por isso, o MST

valoriza e cuida da infância, tendo como uma de suas prioridades a formação e educação dessas crianças, incentivando e estimulando a criatividade, criticidade, participação e a vivência no coletivo (RAMOS; LEITE; REZENDE, 2020).

## 4 Formação política

Não se pode falar de formação política sem definir as concepções teóricas de política que serão base deste trabalho. No atual contexto, a política é reduzida ao momento eleitoral, aos partidos, ou a detentores de mandatos – os chamados “políticos”. De acordo com Costa e Bernardi (2018, p. 159), “Tem-se constantemente afirmado a existência de uma crise de representação política nos países ocidentais, com um crescente *gap* entre governo e sociedade e entre representantes e representados”.

Entretanto, para Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), “o conceito de Política, entendida como forma de atividade ou de práxis humana, está estreitamente ligado ao de poder” (p. 945). Já Arendt (2002) pontua que este conceito tem a ver com a convivência entre diferentes, baseando-se na pluralidade do homem. Desta forma, é possível afirmar que a política trata, então, das relações de poder que permeiam a humanidade, baseando-se na diferença entre os sujeitos sustentada pelo exercício do domínio de um pelo outro. Segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 954),

O poder político pertence à categoria do poder do homem sobre outro homem, não à do poder do homem sobre a natureza. Esta relação de poder é expressa de mil maneiras, onde se reconhecem fórmulas típicas da linguagem política: como relação entre governantes e governados, entre soberano e súditos, entre Estado e cidadãos, entre autoridade e obediência, etc.

Este poder do homem sobre outro homem é fundamentado na disputa das classes sociais, pois “toda luta de classes é, contudo, uma luta política” (MARX; ENGELS, 2008, p. 25). A política é, assim, uma forma de organizar a sociedade a partir das relações de poder baseadas nas disputas entre classes econômicas.

A teoria marxista afirma que a história de todas as sociedades é, fundamentalmente, a história da luta de classes, visto que “homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, membro das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta” (MARX; ENGELS, 2008, p. 10).

A partir da definição do conceito de política, descreve-se e explicita a concepção de formação política como educação do sujeito para a participação política.

Para isto, me basearei nas considerações de Paulo Freire sobre o movimento de conscientização das massas.

Freire (2018) concebe o homem como sujeito cultural, histórico, inacabado e consciente de seu inacabamento. O que difere o ser humano dos outros animais é essa consciência do inacabamento, pois “Onde há vida, há inacabamento” (FREIRE, 2018, p. 50). É, então, essa tomada de consciência que torna os homens e mulheres “corpo consciente, captador, apreendedor, transformador, criador de beleza e não ‘espaço’ vazio a ser preenchido por conteúdos” (FREIRE, 2018, p. 51).

O homem, ao perceber-se inacabado e simultaneamente consciente deste fato, pode iniciar seu processo de criticidade em busca da transformação social:

A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o à sua perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito da sua própria educação. Não pode ser objeto dela. (FREIRE, 2021, p. 34)

A educação para a tomada de consciência crítica, que reconhece a realidade como mutável, faz-se necessária, pois a consciência crítica somente se dá com um processo educativo de conscientização (FREIRE, 2021). É por meio deste processo que se faz possível que os sujeitos se envolvam no domínio político, “refazendo sempre as estruturas sociais, econômicas, em que se dão as relações de poder e se geram as ideologias” (FREIRE, 2020, p. 15).

Por isso, a formação política dos sujeitos é um elemento importante da transformação social. Martins (2009, p. 142) aponta que “um dos objetivos da formação [política] é contribuir para a criação de uma nova cultura que rompa com valores capitalistas como o individualismo, o consumismo, a falta de solidariedade, o apego à propriedade etc.” Por essa razão, o MST investe na formação política de seus militantes, sendo eles crianças, jovens, adultos ou idosos.

De acordo com Bogo (2003), a filosofia da formação política é desenvolvida pelo Movimento através da participação, da vida cotidiana, da cooperação e do resgate dos valores coletivos, sendo um processo permanente que visa capacitar os sujeitos. Isto porque o processo formativo pode acontecer de diversas maneiras. Por exemplo, ele pode ocorrer via cursos, leituras individuais, convivência social, viagens, manifestações, marchas, e outros (BOGO, 2003). Confirmando essa ideia de que a

formação política se dá, principalmente, no cotidiano, Pizetta (2007, p. 242) pontua que

Os militantes se formam politicamente em todos os momentos de sua participação, desde as discussões da base de acampados e assentados até os congressos nacionais, desenvolvendo, neste cotidiano, o conjunto de habilidades necessárias para uma atuação crítica, coerente e unitária.

A formação política busca multiplicar os militantes, conhecimentos e práticas, mas ela deve principalmente fortalecer o projeto político da classe trabalhadora, garantindo a unidade política e ideológica do MST (BOGO, 2003). Pizetta (2007) pontua que esse processo de formação deve ser planejado e desenvolvido para atender a base, militantes e os dirigentes-quadros do Movimento. Segundo Bogo (2003, p. 183), “os militantes e os dirigentes devem ser a imagem e a semelhança da organização e vice-versa. Por isso devem ser exemplos vivos do que pensa, faz e quer alcançar o MST”.

## 5 Movimentos sociais e a comunicação

A fim de contextualizar a Revista das Crianças Sem Terrinha, é necessário entender que ela é um dos muitos periódicos elaborados pelos movimentos dos trabalhadores e, especificamente, pelo MST. Desta forma, a seguir discorrerei sobre a relação dos movimentos sociais com a comunicação, a história da imprensa operária e algumas das as publicações do MST.

Segundo Peruzzo (2010, p. 3), “a comunicação faz parte dos processos de mobilização dos movimentos sociais em toda a história”. Afinal, é a partir dos próprios canais de comunicação que os movimentos se ressignificam, estabelecendo um contato com a sociedade que permita evidenciar e divulgar seu vocabulário de luta, assim como sua história e organização (RAVENNA, 2020). Os instrumentos de comunicação são, pois, elementos essenciais para a continuidade dos movimentos sociais, já que colaboram para a difusão das pautas e reivindicações, da mesma forma como também são importantes para a circulação de informações dentro do próprio movimento. “Assim, a comunicação contribui como força mobilizadora interna e externamente aos movimentos sociais” (RAVENNA, 2020, p. 81).

Outra questão importante quando discutimos a comunicação nos movimentos sociais é a ação dela contra a repressão estatal. Segundo Ravenna (2020, p. 81),

No Brasil, como em outras realidades, a construção de meios próprios de comunicação, além de uma aspiração e um projeto de autorganização, [*sic*] se impõe também em face da persistente repressão por parte do Estado e seus agentes, bem como pela imposição de diferentes formas de cerceamento da liberdade de expressão, atingindo picos insuportáveis de censura, aberta ou velada.

Por isso, os processos comunicacionais dos movimentos são considerados necessários como meios de expressão na dinâmica de mobilização e organização popular (PERUZZO, 2010). Ademais, eles garantem o direito à comunicação e informação a grupos historicamente negados desses direitos, enquanto ressignificam a representação dos grupos minoritários na mídia hegemônica. Sobretudo, como apontado por Ravenna (2020), a elaboração de uma imprensa dos trabalhadores corrobora a construção da representação dos Movimentos Sociais no imaginário social.

Os movimentos sociais, compreendendo o papel ocupado pela comunicação na mobilização, diversificam seus canais, atualizando-se ao longo da história. Se no passado se limitavam, devido às circunstâncias, aos meios artesanais e de baixo alcance, hoje buscam canais mais modernos e eficazes (PERUZZO, 2010).

No Brasil, esses sempre usaram meios próprios de comunicação, até pelo cerceamento à sua liberdade de expressão por meio da grande mídia. Do panfleto ao jornalzinho e dele ao blog e ao website na internet, do megafone ao alto falante e dele à rádio comunitária, do slide ao vídeo e dele à TV Livre e ao Canal Comunitário da televisão a cabo, são evidências do exercício concreto do direito à comunicação como mecanismo facilitador das lutas pela conquista de direitos de cidadania. (PERUZZO, 2010, p. 3)

### 5.1 A imprensa operária

Como visto acima, os meios de comunicação dos movimentos sociais se modernizaram ao longo do tempo. Para melhor entender a relação histórica do MST com a instauração de canais de comunicação próprios, é necessário revisitar a história da imprensa nos movimentos operários. Para isso, me debruçarei sobre os estudos de Vito Giannotti sobre a história do movimento dos trabalhadores.

A estreita relação dos movimentos sociais com os instrumentos de comunicação se fez bastante evidente neste trabalho. Nos movimentos de trabalhadores mais especificamente, esta relação não é diferente, pois desde o início da história da classe operária brasileira surgiram jornais que circulavam nas fábricas, portos e oficinas (GIANNOTTI, 2007). No final do século XIX, as greves, as reivindicações e as ideias políticas dos trabalhadores brasileiros eram divulgadas pelos jornais operários, que circulavam na clandestinidade já que a burguesia liberal proibia sua publicação (GIANNOTTI, 2007). Como afirma Giannotti (2007, p. 59),

Jornais operários pipocavam em todas as cidades onde havia alguma fábrica. Seus nomes demonstravam claramente sua ideologia. Definiam-se como jornais da classe trabalhadora e da luta operária. Seus nomes não deixam dúvidas: O Brado dos Pobres, O Lutador, O Anarquista, A Gazeta Operária, O Trabalho e tantos outros. Mas o florescimento da imprensa operária, de caráter anarquista, se dará a partir de 1900 até 1920.

Estas publicações são consideradas como um forte combate ideológico ao sistema capitalista, à burguesia e à aristocracia, devido à presença de conteúdos

políticos centrais do anarquismo (GIANNOTTI, 2007). Por isso, estes jornais, que configuraram a imprensa anarquista, cumpriram o papel de uma imprensa política alternativa, colocando-se contrários à visão dominante da burguesia.

Em Giannotti (2007), é possível identificar, na linha do tempo da imprensa operária, a transição da imprensa anarquista para a comunista e, posteriormente, para a imprensa alternativa. Ulteriormente, no período de 1980 a 2002 a imprensa sindical se estabelece como a imprensa operária:

A imprensa sindical cumprirá um papel fundamental: propor uma alternativa contra a destruição de direitos, contra as privatizações e contra a retirada do Estado de suas funções na saúde, educação e serviços. Os jornais sindicais apresentarão, no período de 1980-2002, uma proposta política ideológica bastante nítida. (GIANNOTTI, 2007, p. 80)

A partir da contextualização histórica da imprensa dos trabalhadores, é possível entender melhor a relação do MST com os meios de comunicação.

## 5.2 A comunicação do MST

A história dos canais de comunicação do MST começa antes mesmo de sua fundação oficial, com o surgimento do Boletim Sem Terra. A primeira edição do periódico, chamado inicialmente de “Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra”, foi publicada em 15 de maio de 1981 no formato de carta aberta:

Reunidas em assembleia, as famílias decidiam expressar-se desta maneira, compondo uma carta coletiva, com palavras simples e sem assinaturas pessoais, dirigida aos leitores. Ao modo coletivo, a carta aberta expõe as agruras da vida dos pobres e conclui de modo incisivo: *Desse jeito já não conseguimos mais viver*. (RAVENNA, 2020, p. 39)

O Boletim Sem Terra nasce visando divulgar a luta e as condições de vida dos acampados da Encruzilhada Natalino do Rio Grande do Sul, a partir da perspectiva dos próprios trabalhadores, sem a interferência de mediadores. O seu surgimento, assim como de outros canais que futuramente se instauraram, representa também o rompimento com o “latifúndio da comunicação”:



Assim como ele ocupa as terras consideradas improdutivas para que sejam desapropriadas em nome da Reforma Agrária, o MST ocupa outros “latifúndios” que podem ser considerados improdutivos, como a Comunicação e a Educação, quando esses dois campos apenas atendem às demandas do capitalismo. (BARBOSA, 2017, p. 136)

Desta forma, é possível perceber que a comunicação ocupa um importante lugar na mobilização e cumpre o papel de uma ferramenta de resistência. De acordo com Barbosa (2014), a comunicação é utilizada pelo Movimento como recurso para sobrevivência à repressão, gerando um espaço de denúncia das violências sofridas e de autoexpressão dos participantes. Se a mídia comercial não realiza uma representação honesta dessas famílias e de suas lutas, o MST se compromete em realizar uma retratação fidedigna da vida e história dos sujeitos que nele se organizam. Portanto, as produções e canais de comunicação gestados pelo Movimento significam muito mais do que meros informativos:

Significa também uma reflexão acerca do “latifúndio da comunicação”, querendo ecoar principalmente para o Brasil urbano que os pobres da terra, invisíveis nas páginas da mídia corporativa, precisavam escrever sua história em sua imprensa. Era a semente germinando. (RAVENNA, 2020, p. 37)

A partir de 1984, ano de fundação oficial do MST, o boletim passa a ser produzido em formato tabloide e, então, ser chamado de Jornal Sem Terra (JST), tendo circulação mensal e uma tiragem inicial de dez mil exemplares. Assim começa a longa vida e história do importante JST que, de acordo com o Movimento, é um patrimônio da classe trabalhadora devido ao papel que cumpre como ferramenta organizativa e informativa, se transformando também em documento histórico da luta pela terra no Brasil (MST, 2022).

Outros canais de comunicação foram surgindo ao longo dos anos: a Revista Sem Terra foi publicada inicialmente entre o final da década de 80 e início da década de 90, buscando um caráter analítico de forma a complementar o JST (OLIVEIRA, 2009). O objetivo principal da revista é apresentar o Movimento para a sociedade a partir de estudos e artigos. Além dos meios físicos de comunicação, como os jornais e revistas, o MST se utiliza da comunicação radiofônica desde o seu início. Em 1988 havia um programa de rádio semanal na Rádio Aparecida, em São Paulo. Posteriormente, surgiu o programa “Vozes da Terra”, veiculado por mais de dois mil rádios (RAVENNA, 2020).

Além dos canais de comunicação convencionais, o Movimento possui uma concepção bastante ampla em relação aos meios de divulgação de suas pautas:

Cartazes, marchas, exposições, palestras e debates nas escolas, músicas, propagandas, fotografia, artesanato, teatro, danças, filmes, encontros, festas, vendas de produtos da reforma agrária também são formas de comunicação utilizadas comumente. Em muitas ocasiões, manifestações desse tipo e formato tentam construir e ampliar seu diálogo com a sociedade. (RAVENNA, 2020, p. 89)

Desde seu surgimento, a pauta da educação e da participação de toda a família sempre foi prioridade para o MST. Em 2007, foi realizado um seminário nacional cujo tema era: “Qual o lugar da infância no MST?” O Evento envolveu diversos setores da organização. A partir das discussões surgidas no seminário, vinculado à experiência da Escola Itinerante Paulo Freire, começa a circular, em outubro de 2007, um encarte do JST intitulado “Jornal das Crianças Sem Terrinha” (RAVENNA, 2020). A proposta deste material é contribuir para a formação das crianças, fortalecer o trabalho que já vinha sido feito e potencializando as escolas como espaço de diálogo com a comunidade (RAVENNA, 2020). Além disso, o Jornal Sem Terrinha busca valorizar a criatividade e a produção das crianças. Em relação aos conteúdos, Ravenna (2020, p. 173) afirma que

A proposta do *Jornal Sem Terrinha* não é ser uma miniatura do *Jornal Sem Terra*. Ao contrário, apresenta uma produção específica, com definição de pauta própria e não objetiva “suavizar” certos assuntos para que eles possam ser tratados pelas crianças. A partir de uma linguagem adequada, as temáticas são definidas, editadas, lidas, ouvidas e discutidas pelas crianças em seus termos, em consonância com o que é discutido e decidido pelo conjunto do Movimento Sem Terra.

Alguns anos depois, em 2009, surge a Revista Sem Terrinha. Uma publicação periódica editada pelo Setor de Educação e pelo Setor de Comunicação do Movimento. O material possui como público-alvo as crianças Sem Terrinhas, por isso é estruturado objetivando cativá-las. Não foram localizadas publicações acadêmicas sobre esse material, tampouco informações acerca do surgimento da publicação, não sendo possível entender o contexto de criação e maiores detalhes sobre o início da revista.

## 6 Metodologia

O presente trabalho busca entender e aprofundar a formação política das crianças do MST a partir da análise da Revista das Crianças Sem Terrinha, tendo como questão de pesquisa: “Como se dá a formação política das crianças Sem Terrinha?” Trata-se de um estudo exploratório e de caráter qualitativo, dado que a pesquisa visa compreender e analisar o fenômeno que ocorre neste determinado grupo social, buscando explicar o porquê (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). Além disso, “[...] preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 32).

A pesquisa é de cunho documental, visto que olharei para as edições da Revista das Crianças Sem Terrinha como fonte de dados, informações e evidências desse processo formativo (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). O método de coleta de dados será a análise documental, pois os documentos são uma fonte potente na qual se podem coletar evidências que venham a fundamentar as hipóteses apresentadas (LÜDKE; ANDRÉ, 2013). O conteúdo das revistas será descrito e interpretado, buscando responder à problemática motivadora da pesquisa (SILVA *et al.*, 2009).

Para a realização da discussão dos dados das seis edições da Revista das Crianças Sem Terrinha, foi adotado o método da análise de conteúdo, já que esta técnica trabalha com a palavra propriamente dita, entendendo o texto como um meio de comunicação que possibilita compreender o pensamento do sujeito através do conteúdo exposto (CAREGNATO; MUTTI, 2006). Ademais, segui os três passos indicados por Bardin (2011) para a realização de um processo analítico: pré-análise, exploração do material e tratamento dos dados.

Num primeiro momento, foi realizada a pré-análise, através da qual foi possível explorar as edições da revista que estavam disponíveis de forma digital. Também foram realizados os primeiros contatos com os documentos, a partir do movimento que a autora chama de “leitura flutuante”, buscando estabelecer conexões com os objetivos da pesquisa.

O segundo momento foi o da exploração do material, buscando identificar e organizar as suas características, o seu formato, os seus conteúdos, as suas recorrências e os seus destaques principais. A partir da exploração realizada, foram

definidas cinco categorias de análise: a) conteúdos; b) linguagem; c) estrutura; d) protagonismo; e) chamada para a ação.

O terceiro passo foi o tratamento dos dados, em que cada uma das categorias foi desenvolvida à luz do referencial teórico usado, bem como na relação com os objetivos da pesquisa, que é o que tratarei na sequência do trabalho.

As edições da revista a serem analisadas são as seis que estão disponibilizadas no *site* do MST, sendo as seguintes: edição de dezembro de 2011; a edição de outubro de 2016; a edição Especial Internacionalismo, de abril de 2019; a edição de outubro de 2019; a edição de novembro de 2020; e a edição de outubro de 2021. A escolha destas edições se deu pelo motivo de serem apresentadas pelo Movimento no próprio *site*. Desta forma, acredito terem sido selecionadas pelos responsáveis como as edições que mereciam representar a revista.

Os documentos surgem do meio social em que a pesquisa se insere, neste caso, a Revista das Crianças Sem Terra é produzida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com participação das crianças sem-terra. Por isso, permite uma proximidade com o público-alvo do estudo, que são as crianças sem-terra. Estas são entendidas como as crianças que fazem parte do MST, espalhadas por todo o Brasil.

Para a revisão bibliográfica, utilizei a plataforma Google Acadêmico, assim como também a Biblioteca da Reforma Agrária (biblioteca do *site* do MST) e a busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para organização e sistematização do projeto, utilizei a plataforma Notion<sup>3</sup>, que possibilitou organizar as citações, definir os conceitos e autores e organizar o referencial teórico a ser utilizado.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.notion.so/>. Acesso em: 3 set. 2021. Trata-se de um aplicativo virtual de organização de projetos. Nele, é possível reunir diversos tipos de dados de diferentes formatos.

## 7 Análise dos dados

Nesta seção discorrerei sobre os dados coletados das seis edições da Revista das Crianças Sem Terrinha, separando em cinco categorias de análise: a) conteúdos; b) linguagem; c) estrutura; d) protagonismo; e) chamada para a ação, à luz do referencial teórico usado.

### 7.1 Conteúdos

Para iniciar esta análise, que busca entender como as edições da Revista das Crianças Sem Terrinha contribuem para a formação política das crianças, me voltarei para os conteúdos apresentados mais frequentemente nas edições aqui analisadas.

Os assuntos apresentados nas edições da revista são variados e tendem a se repetir. Eles seguem, sobretudo, a máxima de que “não se pode dar caldo de feijão para um recém-nascido” (BOGO, 2003, p. 163), por isso são abordados de maneira adaptada para o público que se quer alcançar. Em relação aos conteúdos trabalhados nos diferentes espaços e momentos de formação política do Movimento, Bogo (2003, p. 163) afirma que

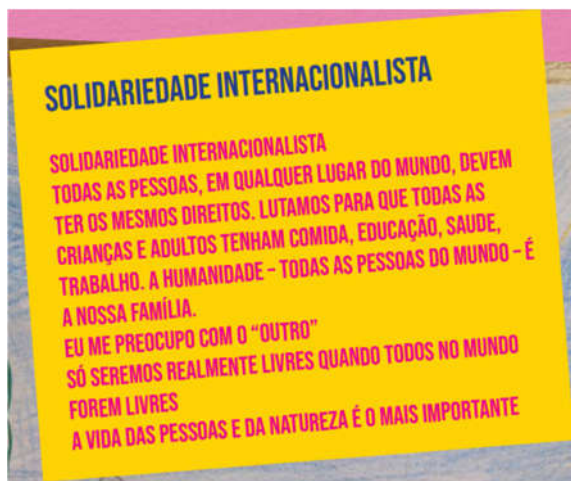
[...] dependendo do público e do objetivo que se quer alcançar, adaptam-se os conteúdos. Mas, de certa forma, o que há é uma simplificação do conteúdo, onde os temas são comuns, como economia, filosofia, teoria da organização, método de trabalho de base, ética e valores etc. O que se diferencia, com muita precisão, é a formação da consciência social.

Ao ler as edições selecionadas, fica evidente o destaque dado à construção da consciência social e solidariedade das crianças. Os Sem Terrinhas crescem em um contexto que educa para a retomada da sensibilização, pois o Movimento a encara como fundamental para fortalecer a luta coletiva pela transformação social (ARENHART, 2007). A partir da análise realizada, foi possível identificar quatro temas recorrentes nas diferentes edições: solidariedade internacionalista, ambientalismo, anticapitalismo e anti-imperialismo, que serão apresentados na sequência.

Em relação ao conteúdo “solidariedade internacionalista”, podemos ver na Imagem 1, a página 5 da edição de 2020, uma breve explicação do termo. Entendo a presença deste conceito, seguido da definição, como um indício do afinco do Movimento em trabalhar esta consciência social, e o entendimento de que é dever da sociedade defender os direitos de todos e todas que, por diferentes motivos, são

oprimidos. Destaco aqui, a frase “A humanidade [...] é a nossa família” (MST, 2020, p. 5), pois acredito que ela explicita e resume esta posição do MST em relação à sociedade: todos são responsáveis por todos.

Imagem 1 – Trecho da página 5 da edição de novembro de 2020



Fonte: MST, 2020.

Já o tema “ambientalismo” perpassa todas as edições aqui analisadas, pois estas apresentam matérias sobre agroecologia, agrotóxicos, agronegócio, entre outros. São temas relevantes no atual contexto de destruição acelerada do meio ambiente em nome do lucro de grandes empresas. Esta pauta é central no Movimento e, por sua vez, ocupa local de destaque nas edições da revista. Em uma história em quadrinhos apresentada na edição de 2020, que discorre sobre a biodiversidade, produção de alimentos saudáveis e preservação dos biomas brasileiros, o MST aponta os povos originários e o campesinato como guardiões da diversidade da fauna e flora brasileira, expondo o agronegócio como um predador da natureza:

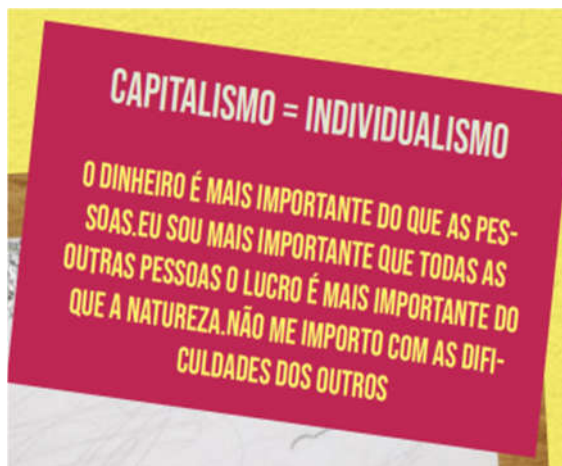
O agronegócio e a mineração têm derrubado e queimado as nossas florestas, jogado agrotóxicos nos nossos rios, contaminando o ar, as águas e o nosso solo, matando animais, espécies vegetais, causando muitos problemas de saúde pra gente e trazendo muita tristeza. (MST, 2020, p. 28)

O tema do ambientalismo é, portanto, inegavelmente uma pauta política central do Movimento e, conseqüentemente, é abordado na revista para conscientizar as crianças Sem Terrinha acerca dos males que o capitalismo pode causar no meio ambiente. Em relação ao envolvimento de jovens e crianças na pauta da ecologia,

Novaes (2005) entende que a busca por sustentabilidade socioambiental se tornou um tema obrigatório nos espaços de organização juvenil. É possível acompanhar diferentes movimentos de jovens sobre o assunto, a exemplo do movimento popular “Fridays for Future” (FFF), iniciado pela jovem sueca Greta Thunberg, com apenas 16 anos. O movimento, na greve escolar que marca o início da mobilização, reuniu quase 1,5 milhão de estudantes de diferentes países do mundo (FRIDAYS FOR FUTURE, 2022).

Outro tema que atravessa todas as edições analisadas é o anticapitalismo. Este, mesmo que relacionado a outros assuntos como o da destruição ambiental em nome do lucro, faz-se presente explicitamente em diversas matérias. Isto porque os objetivos do MST partem do princípio da superação do modo de organização capitalista, que sempre travará relações sociais baseadas na dominação de uns pelos outros, causando o enriquecimento de pouco às custas da degradação da maioria (ARENHART, 2007). Sendo assim, o Movimento deixa bastante evidentes suas perspectivas em relação ao sistema capitalista, como mostra a Imagem 2.

Imagem 2 – Trecho da página 4 da edição de 2020



Fonte: MST, 2020.

Em diversas histórias em quadrinhos, poemas e informativos da revista, o sistema capitalista é pintado como um dos maiores “inimigos” do Movimento, isto porque o capitalismo se nutre da exploração do proletariado. Considerando que o MST é um movimento social de trabalhadores que lutam pela terra, contra a propriedade privada daqueles que apenas exploram a mão de obra de quem na terra trabalha, torna-se necessário, para a continuidade do Movimento, que a pauta anticapitalista seja abordada ainda na infância. Para Marx e Engels (2008, p. 34), o questionamento que se faz para a classe trabalhadora é:

Será que o trabalho assalariado, o trabalho do proletário, cria propriedade para ele? De modo algum. Cria capital, quer dizer, propriedade que explora o trabalho assalariado e que só pode se multiplicar se criar mais trabalho assalariado que possa ser novamente explorado. A propriedade, em sua forma atual, move-se no antagonismo entre capital e trabalho.

Desta forma, é possível perceber a discussão realizada desde a infância sobre os impactos que o capitalismo tem para com os trabalhadores. O entendimento do Movimento é de que, ao se trabalhar este tema já com as crianças, possibilitará que elas tenham maior consciência crítica sobre os modos de produção e a exploração do trabalho, evitando, assim, os processos de alienação que são recorrentes nas sociedades contemporâneas.

O último conteúdo a ser destacado nesta análise é o “anti-imperialismo”, que, por sua vez, também se manifesta de diferentes formas nas edições. O que fica



evidente é o empenho do MST em resgatar a cultura latino-americana e barrar essa submissão e dependência cultural a países que operam seu poder em relação aos países da América Latina.

Esta noção da valorização da cultura de países historicamente explorados e dominados se explicita nas edições da revista a partir das diversas histórias infantis que colocam em evidência personagens e elementos culturais de múltiplos países da América Latina e do continente africano. Além disso, por meio de chamadas diretas e explícitas sobre as ações dos Estados Unidos, a revista denuncia as explorações sofridas pelos países dominados, assim como pode ser visto na Imagem 3.

Imagem 3 – Trecho da página 32 da edição de outubro de 2019



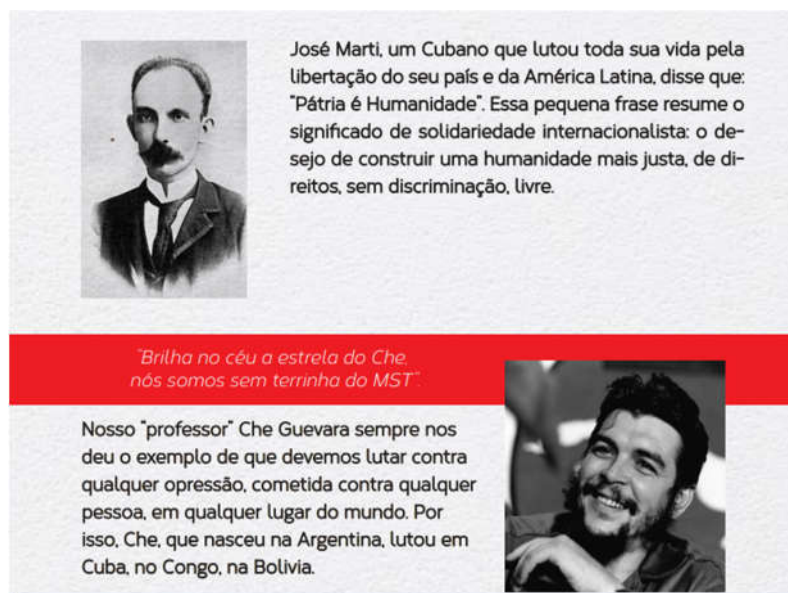
Fonte: MST, 2019.

Oliveira e Lucini (2021) apontam o imperialismo como um sistema complementar à colonialidade, pois são práticas que envolvem a dominação, e a consequente subjugação de um povo por outro. Desta forma, os estudos decoloniais permitem entender que a colonialidade não é um evento acabado, pois se reinventa e encontra novas formas de exploração (OLIVEIRA; LUCINI, 2021). A decolonialidade surge, então, a partir do rompimento com a lógica do colonizador, que opera seu poder de dominação sob os povos subalternizados.

A partir dos elementos exibidos nas revistas e citados acima, é possível perceber o envolvimento do MST em romper com a lógica do pensamento colonizador, apresentando para os Sem Terrinha outras alternativas e referências. Destaco aqui o

empenho dos editores em apresentar importantes personagens latino-americanos que mudaram o rumo da história da América Latina, a fim de valorizar nossa história e cultura local, ampliando o repertório e conhecimento de mundo das crianças. Um exemplo pode ser visto na Imagem 4.

Imagem 4 – Trecho da página 7 da edição de 2020

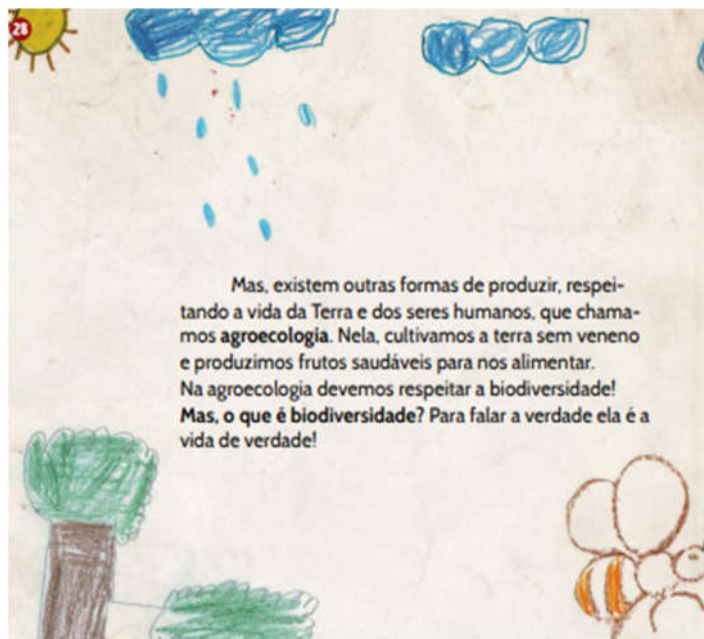


Fonte: MST, 2020.

## 7.2 Linguagem

Os periódicos aqui analisados chamam atenção à linguagem empregada em seus artigos, pois, ao abordarem conteúdos de grande complexidade, eles se apoiam na forma como entregam a mensagem para tornar o assunto acessível ao público-alvo: os Sem Terrinha. É possível dizer que a linguagem apresentada nas revistas é, de certa forma, simplificada para criar uma aproximação dos assuntos com as crianças. Entretanto, isso não significa dizer que o conteúdo é totalmente simplificado, ou mesmo que a linguagem se torna infantilizada. Os assuntos permanecem sendo tratados com seriedade, o esforço está em torná-los acessíveis para os Sem Terrinha, como se vê na Imagem 5. O trecho exposto apresenta o conceito de “agroecologia” de uma maneira mais compreensível, usando palavras do cotidiano das crianças.

Imagem 5 – Trecho da página 28 da edição de outubro de 2016



Fonte: MST, 2016.

Em relação à adaptação dessa abordagem para que se estabeleça uma conexão com o público-alvo, Pizetta (2007) discorre sobre o empenho do Movimento em se utilizar da linguagem adequada para garantir a formação da juventude:

No que tange à juventude, entendemos que a formação deve criar linguagens adaptadas a essa realidade, mas sempre com o enfoque no sentido da responsabilidade. Deve pensar metodologias criativas, participativas, que permitam o desenvolvimento político da consciência, bem como o seu envolvimento no processo organizativo do Movimento. A formação deve sempre buscar comprometê-la [a juventude]. (PIZETTA, 2007, p. 242-243)

Da mesma forma que o Movimento se preocupa com a juventude, é possível perceber a mesma dedicação para com a infância: a adaptação da linguagem representa um esforço do MST em alcançar as crianças para garantir seu processo de formação. Portanto, a linguagem pode ser entendida como uma estratégia de formação, assim como também um meio para divulgação de suas pautas de luta. Sobretudo, ela é um instrumento ideológico e as escolhas feitas por meio dela representam uma posição política frente aos fatos. O MST faz a escolha consciente de incluir as crianças, por meio da linguagem empregada nas revistas, em seus debates políticos, isto porque a língua é também um espaço de luta. De acordo com

Ravenna (2020, p. 96), “a língua, a linguagem e seus meios de expressão, as palavras e os discursos tornam-se também espaços de luta de classes, de disputa de hegemonia”.

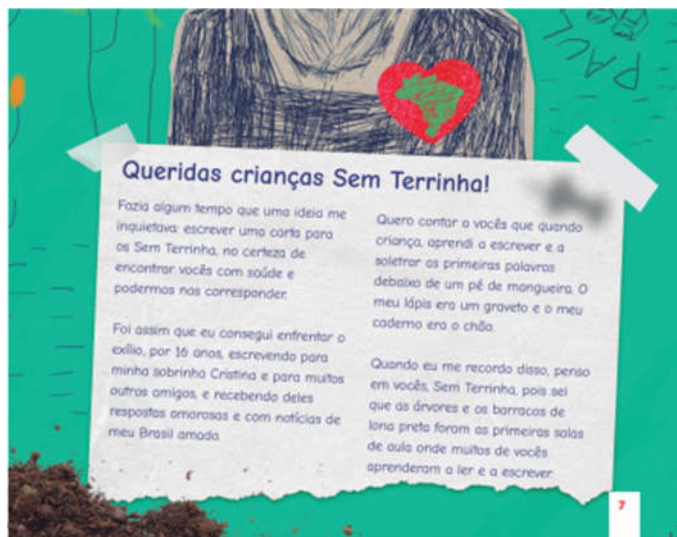
A edição especial do centenário do Paulo Freire, lançada em outubro de 2021, é um excelente exemplo dos argumentos apresentados aqui, pois aborda a vida do autor, assim como alguns de seus conceitos e pensamentos, de uma forma acessível para os Sem Terrinhas. A edição se utiliza da estratégia da escrita de uma carta fictícia de Paulo Freire para as crianças do Movimento, conforme visto nas imagens 6 e 7, mencionando situações da sua realidade e criando um paralelo entre a vida do pedagogo e a das crianças Sem Terrinha. Ao longo da carta, o pedagogo pernambucano dialoga com as crianças, fazendo questionamentos e retomando elementos de seu cotidiano.

Imagem 6 – Trecho da página 6 da edição de outubro de 2021



Fonte: MST, 2021.

Imagem 7 – Trecho da página 7 da edição de 2021



Fonte: MST, 2021.

### 7.3 Estrutura

Outro importante elemento a ser analisado é a estrutura do material que, assim como a linguagem, também pode ser entendida como uma estratégia de aproximação com os leitores. Afinal, a estrutura gráfica das revistas é pensada diretamente para os Sem Terrinha, apresentando elementos lúdicos, páginas coloridas e com diversas ilustrações, conforme Imagem 8 ilustra.

Imagem 8 – Capa da edição de abril de 2019



Fonte: MST, 2019.



Além disso, as edições abordam diversos assuntos de cunho político através de histórias e histórias em quadrinhos, assim como também apresentam jogos e brincadeiras relacionados aos conteúdos apresentados, como visto na Imagem 9. Ao analisar a primeira edição da Revista das Crianças Sem Terrinha, lançada em 2009, Ravenna (2020, p. 191) aponta:

Observa-se, na publicação, o ideário pedagógico se mesclando aos componentes lúdicos, ao mesmo tempo em que se veiculam mensagens de direitos, de educação, de luta social. Tentando firmar um maior grau de aproximação com a sensibilidade das crianças, a Revista propõe, ao modo de um encarte, um jogo de memória, temático, que as crianças/leitoras podem destacar e brincar coletivamente.

Imagem 9 – Páginas 8 e 9 da edição de outubro de 2011



Fonte: MST, 2011b.

Os jogos e brincadeiras propostos merecem destaque nesta análise. Eles simbolizam o respeito às especificidades da infância, já que “a brincadeira concentra aquilo que é mais característico das crianças: imaginação, criação, transgressão, fantasia, podendo ser reconhecida nelas a forma pela qual experimentam a cultura, ao mesmo tempo em que a produzem” (ARENHART, 2007, p. 42).

Ao analisar as seis edições da revista selecionadas para esse trabalho, percebe-se que a estrutura se modificou bastante ao longo do tempo, não apresentando uma organização fixa comum entre todas as edições. Entretanto, apresentam uma seção denominada Editorial, presente em todos os números analisados. O editorial consiste em um texto que expõe os principais conteúdos a serem abordados na edição, assim como também demarca o posicionamento crítico

do material. Em nenhum dos números analisados esse texto possui assinatura pessoal, representando, portanto, as ideias e posições do Movimento.

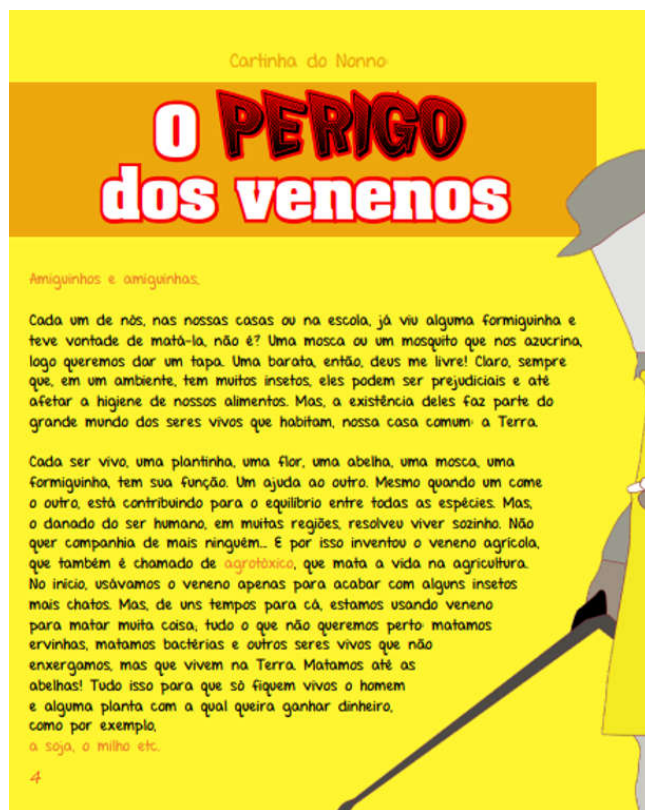
Ainda que não seja o objetivo deste trabalho realizar um estudo comparativo, considero importante comparar a Revista Sem Terra com a Revista das Crianças Sem Terrinha de forma breve para entendermos alguns contrastes e diferenças na elaboração dos materiais. A partir do olhar comparativo entre as referidas publicações, é possível perceber a diferença na estrutura, organização e linguagem adotadas em cada revista, refletindo suas intenções. A Revista Sem Terra, que tem como público-alvo os Sem Terra e a comunidade em geral, aborda conteúdos semelhantes, tendo a incidência de temáticas como agroecologia, direito à alimentação saudável, informações sobre a América Latina, etc., mas é apresentado em uma estrutura e estética séria e não lúdica. Este material apresenta cores sóbrias e discretas e grandes porções de texto. Por sua vez, a Revista das Crianças Sem Terrinha apresenta cores fortes, textos menores, muitas fotos e ilustrações, vide imagens 10 e 11. Essa distinção entre as estruturas, cores e ludicidade apresentada nas revistas se deve também ao fato de que, na sociedade capitalista, o lúdico é posto como antagônico à lógica que regula as experiências do trabalho (ARENHART, 2007). O lúdico passa a ser visto, então, como algo exclusivo da infância, pois as crianças ainda não estão aptas para o sistema de produção.

Imagem 10 – Página 10 da Revista Sem Terra. Fonte: MST, 2010



Fonte: MST, 2010.

Imagem 11 – Página 4 da edição de outubro de 2011



Fonte: MST, 2011b.

Um ponto em comum da estrutura de ambas as revistas é a seção Balaio – presente em quatro das seis edições analisadas –, inspirada na seção de mesmo nome que surgiu no Jornal Sem Terra. O Balaio busca ser uma seção de notas, contendo notícias e informações breves relevantes aos Sem Terra. Todavia, mesmo que as revistas possuam essa semelhança, a seção é adaptada, novamente, para cada público-alvo. Na Revista Sem Terrinha, o Balaio normalmente contém informações sobre assuntos já tratados na edição, apresentando diversas figuras para ilustrar os curtos textos – como visto na Imagem 12 –, enquanto na Revista Sem Terra ela apresenta textos mais longos, contendo informações e notícias sobre o Movimento e poucas fotografias.



Imagem 12 – Páginas 12 e 13 da edição de abril de 2019



Fonte: MST, 2019.

#### 7.4 Protagonismo

Como mencionado acima, a linguagem e a estrutura do periódico expressam o esforço do Movimento em alcançar as crianças, respeitando as particularidades da infância. Entretanto, o empenho do MST em colocá-las em destaque não para por aí: é possível perceber a participação das crianças na construção das revistas. Considero, então, a autoria e o protagonismo dos Sem Terrinha como um importante componente desta análise.

A edição especial internacionalista, de abril de 2019, apresenta nas páginas 4 e 5 um trecho do Manifesto das Crianças Sem Terrinha, aprovado no 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha. O documento, escrito coletivamente pelas crianças, expressa suas próprias reivindicações como Sem Terrinha, baseado nas experiências que vivem e nas violências que sofrem.

Somos Crianças Sem Terrinha do MST! Somos filhos e filhas das famílias Sem Terra, moramos nos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária. Junto com nossos pais ocupamos terra para ter alimentos, casa para morar, lugar de brincar e ser feliz. [...] Lutamos por terra e Reforma Agrária Popular, que é dividir a terra, para que as

famílias possam ter educação, saúde e cultivar alimentos saudáveis. [...] Lutamos por nossos direitos, que não são cumpridos: nossas estradas são ruins e esburacadas; o transporte escolar quase sempre quebra e entra muita poeira; muitas escolas estão sendo fechadas e outras são longe de nossas casas; falta material e temos poucos livros pra ler. (MST, 2019, p. 4)

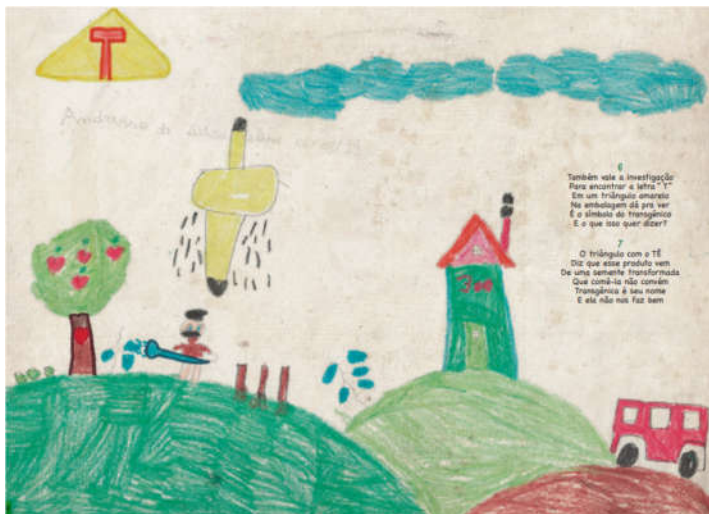
Além disso, há grande incidência de desenhos, recados e cartas produzidas pelas crianças, assim como também há diversas fotografias de diferentes momentos da organização e cotidiano dos Sem Terrinha. Alguns desenhos, como os que podem ser vistos na Imagem 13, contam um pouco da vida dos Sem Terrinha e outros, como os vistos na Imagem 14, ilustram poemas publicados. Percebo, portanto, que as crianças ocupam seu lugar na construção da revista, tendo voz para compartilhar e disseminar suas pautas, expressando suas reflexões acerca da realidade.

Imagem 13 – Páginas 9 e 10 da edição de 2011



Fonte: MST, 2011b.

Imagem 14 – Páginas 16 e 17 da edição de outubro de 2019



Fonte: MST, 2019.

Um elemento que me chamou atenção na edição de 2020 é a existência de personagens que representam dois Sem Terrinhas: a Júlia, do Ceará, e o Nicolás, do Espírito Santo. Os personagens, vistos na Imagem 15, aparecem fazendo um resumo dos acontecimentos ocorridos na Jornada Nacional das Crianças Sem Terrinha, dialogando com seus pares e apresentando fotos e ações desenvolvidas pelos Sem Terrinha espalhados por todo Brasil.

Imagem 15 – Página 14 da edição de novembro de 2020



Fonte: MST, 2020.

Ao fim de todas as edições, na página dedicada aos agradecimentos, há sempre um agradecimento especial às crianças que participaram e contribuíram para a construção do respectivo número. Todos estes elementos apresentados nesta análise simbolizam a posição do Movimento em relação à participação infantil. Por isso, destaco a dedicação do MST em efetivamente criar esse espaço de protagonismo infantil, valorizando as ações das crianças, abraçando e incentivando as movimentações infantis. Discorrendo sobre os Encontros Estaduais de Sem Terrinha, Ravenna (2020, p. 203) escreve:

Os Encontros também educam os adultos para que se possa construir um espaço político no qual os sujeitos são as crianças, é preciso ouvi-las e respeitá-las como crianças, percebendo que são diferentes, vêm de diferentes lugares, e que têm em comum um mesmo contexto de luta social.

Entendo que os Encontros Estaduais são, assim como a Revista das Crianças Sem Terrinha, espaços que pensam a formação política. Portanto, a revista também serve para educar os adultos acerca das movimentações das crianças e da importância de respeitar o espaço delas como sujeitos políticos, incentivando a participação e o protagonismo infantil.

Esta movimentação e participação das crianças na luta foi algo construído dentro do Movimento por muitos anos, representando um processo histórico de construção desta concepção em relação à infância (RAVENNA, 2020). Para Friedmann (2020, p. 36),

O protagonismo infantil tem caráter ético, social, cultural, político e espiritual, convidando os adultos e tomadores de decisão a repensarem o status social da infância, os papéis delas na sociedade local e as referências culturais das diferentes populações.

Compreender a importância do protagonismo infantil é, pois, um ato de grande valor ético em nossa sociedade e representa o respeito ao direito da livre expressão das crianças. De acordo com Freire (2018, p. 58), “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”.

## 7.5 Chamada para ação

Após a reflexão sobre protagonismo, autoria e participação infantil, é preciso voltar minha atenção aos diversos momentos na revista em que as crianças são convocadas à ação, sendo incentivadas a se organizarem para que reivindiquem seus direitos e os direitos de outras crianças que sofrem na mão dos opressores. Ou seja, aqui é possível perceber a persistência do Movimento em estimular a participação política dos Sem Terrinha, se envolvendo em ações coletivas.

Não basta, portanto, que os Sem Terrinha apenas se façam cientes da realidade; é necessário atuar sobre ela para que se atinja o objetivo de transformá-la. Para discorrer sobre a importância da ação associada à reflexão na transformação social, utilizo do conceito de *práxis*, apresentado por Freire (2019, p. 52-53):

A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos. Desta forma, esta superação exige a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora, com que, objetivando-a, simultaneamente atuam sobre ela.

O autor afirma que a inserção crítica na realidade e a ação são indissociáveis, caracterizando a mesma coisa. Se a teoria pura não resulta em transformação social, tampouco a ação isolada pode oportunizá-la. Desta forma, para que se configure como práxis, estas ações não podem se resumir meramente ao ativismo (FREIRE, 2018).

Na página 7 da edição de outubro de 2011, a revista sugere que os leitores organizem uma brigada das crianças:

Nosso movimento está fazendo uma Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. Vamos fazer uma brigada das crianças, contra o veneno e por uma vida saudável. Cada vez que vocês descobrirem que alguém está usando veneno na agricultura falem para a professora, comentem em casa. Vão visitar o agricultor que está usando e contar para ele sobre a nossa campanha. Vamos salvar a vida de muitas plantas e animais. Vamos ajudar a salvar a vida de muita gente. (MST, 2011b, p. 7)

Além disso, como visto na Imagem 16, edição de novembro de 2020, ao final de uma história em quadrinhos sobre a importância de plantar e cultivar árvores, as

crianças são chamadas a tomar ação e colocar em prática o conhecimento adquirido na leitura da história:

Imagem 16 – Trecho da página 29 da edição de novembro de 2020



Fonte: MST, 2020.

Além destes exemplos apresentados, há inúmeros outros nos quais as crianças são chamadas a agir coletivamente, a organizarem-se entre os Sem Terrinha ou dialogarem com os adultos da sua volta. Visto que o Movimento percebe a relevância da ação aliada à reflexão crítica, que também é provocada pelos conteúdos abordados na revista, pois, afinal, “as crianças Sem Terra são levadas a tomar a história nas mãos e ajudar a construir uma sociedade sem distinção de classe [...]” (ARENHART, 2007, p. 46).

## 8 Considerações finais

Neste estudo, busquei compreender como ocorre a formação política dos Sem Terrinha e como a Revista das Crianças Sem Terrinha se estabelece como um espaço formativo e de protagonismo infantil. Portanto, nesta seção tecerei algumas breves considerações e reflexões acerca deste processo, retomando os objetivos da pesquisa.

Em suma, é possível afirmar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra investe ativamente na formação política e cidadã de todos os seus militantes, pois compreende que é apenas a partir da conscientização coletiva que se faz possível intervir na realidade a fim de mudá-la (FREIRE, 2020). Para além disso, o MST investe nesta formação desde a infância, já que enxerga as crianças do movimento como sujeitos ativos e críticos, capazes de protagonizar lutas, levantando suas bandeiras e alavancando pautas e reivindicações. A pedagogia do MST, por sua vez, realiza uma alteração nos sentidos em relação ao tempo da luta social, pois não as prepara para uma abstrata noção de futuro, entendendo que as crianças são capazes de agir no momento presente (RAVENNA, 2020).

Esta forma de conceber a infância como tempo presente de luta é um importante elemento deste processo de formação política, pois oportuniza que as crianças se vejam como sujeitos sociais aptos para a participação política, promovendo a compreensão de que todos temos deveres e responsabilidades para com a sociedade. O Movimento alimenta esta noção de que é dever de todos, independentemente da idade, lutar pela transformação social. As crianças são, portanto, sujeitos centrais na luta anticapitalista, pois representam não apenas a continuidade do Movimento, como também o presente e futuro da humanidade. Por isso, é imprescindível que se estabeleça uma educação humanitária, que sensibilize essas crianças para as dores de tantos outros que sofrem por culpa do sistema capitalista, que se nutre da exploração.

A Revista das Crianças Sem Terrinha configura-se como um importante recurso de formação política, pois permite que as crianças tenham acesso a conteúdos de relevância no campo da conscientização política. Ao abordarem explicitamente os prejuízos do agronegócio e ao denunciarem as barbáries sofridas por países vitimados pelo bloqueio econômico estabelecido pelos Estados Unidos, por exemplo, representam um forte combate ideológico ao sistema.

A exploração e análise das revistas permitiu compreender que este material, ao conscientizar os Sem Terrinha acerca da realidade na qual estão inseridos e das ações do próprio Movimento, acaba por produzir um propósito de vida para estas crianças, que outrora eram invisíveis aos olhos do Estado e da sociedade. Isto porque os mostra que são capazes de agir sobre a realidade e estão aptos a refletir criticamente sobre o que foi dado como definitivo. As revistas permitem aos Sem Terrinha a compreensão de que é possível construir outro mundo e, ao se organizarem, estarão capacitados à ação.

Por fim, gostaria de destacar a importância deste trabalho no meu percurso formativo como pedagoga. Realizar um estudo que permite compreender e explorar um movimento social de trabalhadores que dê devida atenção à infância me enriqueceu muito enquanto acadêmica, expandindo minha compreensão acerca das estratégias de transformação social e de organização coletiva. Sobretudo, esta pesquisa suscitou reflexões em relação à educação voltada para formação política e da importância das mobilizações infantis.



## Referências

ALVAIDES, N. K; SCOPINHO, R. A. De sem-terra a Sem-Terra: memórias e identidades. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 2, p. 288-297, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Ry9sDwyTKqV6XrBxrDMqXKC/?lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2021.

ARENDDT, Hannah. **O que é política?** Tradução de Reinaldo Guarany. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ARENHART, Deise. **Infância, Educação e MST:** quando as crianças ocupam a cena. Chapecó: Argos, 2007.

ARIÈS, Philippe. **A história social da criança e da família.** Tradução Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BARBOSA, Alexandre. A comunicação do MST: de organizador coletivo a instrumento de formação. **Revista de Estudos Universitários**. Sorocaba, v. 43, n. 1, p. 135–149, jun. 2017. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs3/index.php/reu/article/view/3005/2720>. Acesso em: 22 mar. 2022.

BARBOSA, Alexandre. Como o MST utiliza a comunicação como recurso para sobrevivência à repressão. **Revista ECOPOS**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 1- 13, 2014. Disponível em: [https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/1289/pdf\\_18](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/1289/pdf_18). Acesso em: 22 mar. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Tradução de Carmen C, Varriale *et al.* 11. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

BOGO, Ademar. **Arquitetos dos sonhos.** São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAREGNATO; Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto e Contexto Enfermagem**, Florianópolis, p. 679 - 684, out./dez. 2006.

COSTA, Andressa Liegi Vieira; BERNARDI, Ana Julia Bonzanini. Crise de representação e cultura política no Brasil: como participam os brasileiros? **Cadernos de Campo**, Araraquara, n.25, p. 157-179, jul./dez. 2018.

DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido Giraldez. A educação do movimento dos sem terra. **Revista Brasileira de Educação**, n. 26, p. 44-57, ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/LSNWtQ5vk8LnXmtrBXyyg7S/?lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FREIRE; Paulo. **Educação e mudança**. 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE; Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 57. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018

FREIRE; Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 71. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE; Paulo. **Política e educação**. 5. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FRIDAYS FOR FUTURE. Nossa história. 2022. Disponível em: <https://www.fridaysforfuturebrasil.org/sobre-n%C3%B3s>. Acesso em: 18 abr. 2022.

FRIEDMANN, Adriana. **A vez e a voz das crianças**: escutas antropológicas e poéticas das infâncias. São Paulo: Panda Educação, 2020.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, vol 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRAZIANO, José da Silva. O que é questão agrária. 4 ed. Brasiliense: São Paulo. 1981.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

MARTINS, Gilberto de Andrade.; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Suely Aparecida. **A formação política da juventude do Movimento Sem Terra no estado do Paraná**. UFSC. 2009. 281 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Centro de Sociologia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MST - Movimento Sem Terra. Formação política na via campestre. Disponível em: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br). Acesso em: 29/03/2022.

MST. **Construindo o caminho**. São Paulo: MST, 2001.

MST. **Crianças em Movimento**: As Mobilizações Infantis no MST. Coleção Fazendo Escola nº 2. Porto Alegre, 1999.

MST. **Educação da Infância Sem Terra**. Orientações para o trabalho de base. Caderno da Infância, n. 1. São Paulo: Setores de Educação, Gênero e Cultura, 2011a.

MST. **Revista das Crianças Sem Terrinha**. 2016. Disponível em: <https://mst.org.br/revista-sem-terrinha/>. Acesso em 5 set 2021.

MST. **Revista das Crianças Sem Terrinha**. 2021.

MST. **Revista das Crianças Sem Terrinha**. Especial Internacionalista, abr. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/revista-sem-terrinha/>. Acesso em 5 set 2021.

MST. **Revista das Crianças Sem Terrinha**. nov. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/revista-sem-terrinha/>. Acesso em 5 set 2021.

MST. **Revista das Crianças Sem Terrinha**. número 4, 2011b. Disponível em: <https://mst.org.br/revista-sem-terrinha/>. Acesso em 5 set 2021.

MST. **Revista das Crianças Sem Terrinha**. out. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/revista-sem-terrinha/>. Acesso em 5 set 2021.

MST. **Revista Sem Terra**. Especial Agroecologia, 2009/2010.

NOVAES, Regina. **A juventude de hoje**: (re) invenção da participação social. Conferência do 75º aniversário Fundação W. K. KELLOGG. São Paulo. 30/mai a 01/junho, 2005. Disponível em: [http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/a\\_juventude\\_hoje.pdf](http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/a_juventude_hoje.pdf). Acesso em: 18 abr. 2022.

OLIVEIRA, Elizabeth de Souza; LUCINI, Marizete. O Pensamento Decolonial: Conceitos para Pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência. **Boletim Historiar**, vol. 8, n. 1, Jan./Mar. 2021, p. 97-115.

OLIVEIRA, Guilherme Jeronymo Pereira Hernandez e. **Comunicação, mobilização política e dialogia no interior dos movimentos sociais**: apontamentos acerca do

MST Nacional. USP, 2009. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós Graduação em Mídias, Informação e Cultura - Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PERUZZO, Cicilia. A Comunicação nos Movimentos Sociais: exercício de um direito humano. **Diálogos de la comunicación**. Set.-Dez. 2010.

PIZETTA, Adelar João. A formação política no MST: um processo em construção. **OSAL**: Buenos Aires. v. 8, n. 22, p. 241 - 250, set., 2007. Disponível em: <http://hechohistorico.com.ar/Trabajos/Osal/osal/osal22/org/EMS22Pizetta.pdf>. Acesso em: 19 de nov. 2021.

RAMOS, Márcia Mara; AQUINO, Ligia Leão de. As crianças sem terrinha e as mobilizações infantis no Brasil. **Práxis e Saber**, v. 10, n. 23, p. 157 - 176, mai/ago 2019. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/prasa/v10n23/2216-0159-prasa-10-23-157.pdf>. Acesso em: 12 de jan. 2022.

RAMOS, Márcia Mara; LEITE, Valter de Jesus; REZENDE, Janaína Ribeiro. As crianças Sem Terrinha e o enfrentamento à pandemia de COVID-19: como brincar, sorrir e lutar nesse contexto? **Zero-a-seis**, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1305-1331, dez./dez., 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/77437/45043>. Acesso em: 3 de fev. 2022.

RAVENNA, Monyse. **Os Sem Terrinha**: uma história da luta social no Brasil. São Paulo: Expressão Poupár, 2020.

RODRIGUES, Fabiana de Cássia. Educação e luta pela terra no Brasil: A formação política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 138, p. 27-44, mar., 2017.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da *et al.* Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. *In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE*. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Anais. Porto Alegre. 26 a 29 de outubro de 2009. PUCRS.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. *In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-44.